

ANTONIO CARLOS BORGES

Poucos se atreveriam a discordar da necessidade das reformas no sentido da estabilização da economia brasileira. Ninguém pode, também, negar que o governo esteja tentando efetuá-las cumprindo o seu discurso de posse. O que se coloca, entretanto, é se as reformas, mesmo que implementadas da forma como havia sido prevista, seriam capazes de derrubar as taxas de inflação aos níveis civilizados que se pretende.

Por falta de resposta, uma certa angústia domina hoje o ambiente social. Uma vez que o governo declara que as reformas estão sendo feitas, os agentes econômicos se perguntam por que a inflação não cai.

Como se a história já não tivesse sido pródiga de ensinamentos, o debate acaba sendo levado para as posições supostamente extremas entre a heterodoxia e a ortodoxia econômica, com caminhos exclusivos de alcance do objetivo traçado.

Porém, além desse debate, discute-se hoje se a contenção de demanda não teria demonstrado suficiente ineficácia na contenção dos preços, a ponto de justificar imediatamente sua troca por uma política expansionista do nível de oferta.

Aparentemente o erro em que se incorre na definição de posições em torno desses temas é o da pressuposição de que já teríamos feito cada uma destas coisas de forma completa. É este o verdadeiro engano.

No passado nos queixávamos das constantes alterações na política econômica e pedíamos



## Sem pais e sem padrastos

que as regras fossem mantidas por um prazo maior para que as adaptações pudessem dar os seus resultados. Hoje, não há mudanças de política econômica significativas e as previsões se inclinam no sentido de que alguma coisa deve ser feita para reduzir a inflação, pela suposta ineficácia de todos os programas, refletindo o caráter imediatista das "élites" da sociedade brasileira. As pressões atuais pela substituição do ministro da Economia são um belo exemplo desse fato.

A impaciência dos agentes econômicos pode até ser natural, dado que são longos os anos de tentativas frustradas. Porém, não é menos verdade que os defeitos estruturais provocados por uma inflação, permanentemente alta, não são corrigíveis em curtos espaços de tempo, apenas com providências de natureza econômica. Mais do que programas de combate à inflação, é necessário hoje políticas que consigam alterar arraigados procedimentos que a cultura inflacionária desenvolveu.

Até hoje a economia fracassou na tentativa de impor regras ao comportamento social. Qualquer que seja o instrumento de política econômica, só terá êxito se houver uma predisposição social para isso. Por isso, há que decompor o atual governo em duas fases distintas. Na primeira, autoritário, "onipresente", onisciente, inexperiente e pretencioso, imaginava derrubar a inflação com um tiro.

Na segunda etapa, compôs, mostrou sua fragilidade e desenvolveu a prática de uma suposta política ortodoxa, enquanto tentou obter do Congresso o apoio para as reformas. Após quase um ano, e apesar dessa virada, chega-se a uma situação insustentável e paradoxal.

Sabe-se quase com certeza que a inflação não sobe além do nível em que está, mas também não tem como cair. A tremenda contenção de demanda provocada pelas políticas fiscal, monetária e salarial conseguiu derrubar as vendas do comércio aos níveis cada vez mais baixos de sua história recente. O desemprego atinge níveis cada vez mais altos, com recordes sendo superados a cada novo levantamento. A produção industrial flutua ao sabor das demandas do comércio para compor os pequenos estoques. O paradoxo se afirma na medida em que se sabe que o consumidor está contido pela queda de sua renda, juros, pela cautela e, mesmo assim, os preços não caem.

A angústia cresce porque nada indica que possa ocorrer uma mudança nesse quadro nos próximos meses, a menos que uma providência qualquer seja adotada. Com isso ressuscitam propostas, como se fossem inéditas, mas sabidamente ineficazes, pois não foram acompanhadas de um programa de reformas estruturais.

Deixando de lado as inúteis defesas desta ou daquela filosofia, a experiência nos mostra que a solução passa, necessariamente, por esse amplo programa de reformas, conhecido e já proposto pelo atual governo.

O primeiro programa heterodoxo, em 1980, com as prefixações do câmbio, da correção monetária e da expansão da moeda, poderia ter dado certo se tivesse sido encaminhado paralelamente a um programa de reformas estruturais. O Plano Cruzado dispôs de toda a credibilidade e apoio social para dar certo, se as reformas tivessem sido feitas. Os programas derivados do Cruzado até o Plano Verão, apesar de credibilidade menor, também pode-

riam ter obtido sucesso se as reformas tivessem sido implantadas. Da mesma forma, os planos Collor 1 e 2 e a atual política econômica estão na dependência das reformas. A questão, portanto, não representa a alternativa da política em vigência, mas o avanço no combate às causas básicas de qualquer processo inflacionário.

Políticas heterodoxas ou ortodoxas, por si só, não são capazes de reorganizar o quadro das expectativas sociais. Um programa de reformas, por isso, teria o poder de atuar sobre as pressões inflacionárias e ir mais além, revertendo essas expectativas e ampliando a credibilidade.

Essas providências, entretanto, não são econômicas e, muito menos, populares. Representam a vontade política da sociedade de enfrentar o peso dos ônus que delas resulta.

Ressalte-se, portanto, a inutilidade das ações e reações entre o Executivo e o Legislativo. Apesar de ser da natureza da democracia um Legislativo que aperfeiçoe as decisões do Executivo, a falta de sintonia entre esses dois Poderes, em função dos objetivos sociais, acaba radicalizando as posições. A sintonia impõe que o Executivo e o Legislativo sejam impopulares. Este último não admite a hipótese.

É chegada a hora de os dois Poderes da Nação, que dispõem da responsabilidade de disciplinar os atos econômicos, começarem a trabalhar juntos, evitando as ações populistas e procurando desenvolver um programa definitivo que seja de todos, sem pais e sem padrastos.

■ **Antonio Carlos Borges**, economista, é professor da Universidade Mackenzie e superintendente-técnico da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.